

TÍTULO DO TRABALHO			
EDUCAÇÃO REBELDE E AUTÔNOMA NA PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA ZAPATISTA: aportes ao debate contemporâneo acerca do campo de disputa hegemônica na América Latina			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Lia Pinheiro Barbosa	Universidade Estadual do Ceará	UECE	Docente
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O século XXI é cenário de avanço e fortalecimento da <i>práxis</i> política de múltiplos movimentos sociais latino-americanos, os quais reivindicam a dimensão política da <i>educação</i> e da <i>pedagogia</i> no marco da disputa de projetos políticos na América Latina. O presente trabalho tem por objetivo aprofundar essa discussão com a análise do Sistema Educativo Rebelde Autônomo Zapatista de Libertação Nacional (SERAZLN), projeto educativo-político desenvolvido pelo Movimento Zapatista. Nesse sentido, ademais de debater a centralidade da Educação e da Pedagogia na luta autônoma Zapatista, serão analisadas algumas dimensões do SERAZ e da <i>práxis</i> revolucionária desse movimento social, no sentido de destacar seus aportes ao debate contemporâneo acerca da Educação e do campo de disputa hegemônica no continente. Por outro lado, será debatida a incidência teórico-epistêmica e política do SERAZ na <i>práxis</i> revolucionária Zapatista e sua contribuição para o pensamento crítico marxista e, em particular, para o pensamento pedagógico latino-americano.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Palavras-chave: 1. Educação 2. Zapatismo 3. Hegemonia			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>In the 21<sup>st</sup> century we are witness to the advance and strengthening of various Latin American social movements who emphasize the political dimensions of education and pedagogy as part of the dispute between political projects in the continent. The objective of this paper is to deepen this discussion with an analysis of the Autonomous Rebel Educational System for National Liberation (SERAZLN), which is an educational-political project of the Zapatista movement. In addition to demonstrating the centrality of education and pedagogy in the construction of Zapatista autonomy, various aspects of SERAZ, and of the revolutionary praxis of the movement, will be analyzed in terms of their contribution to the contemporary debate over education in the hegemonic dispute in Latin America. The theoretical-epistemological and political influence of SERAZ on Zapatista revolutionary praxis and its contribution to critical Marxist thought and to Latin American pedagogy will also be discussed.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
1. Education; 2. Zapatistas; 3. Hegemony			
EIXO TEMÁTICO			
Eixo: 6 [Educação, classe e luta de classes]			

# EDUCAÇÃO REBELDE E AUTÔNOMA NA PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA ZAPATISTA: aportes ao debate contemporâneo acerca do campo de disputa hegemônica na América Latina

Lia Pinheiro Barbosa<sup>1</sup>

## Detrás de nós, estão vocês: a Insurgência Armada e os *Sem Rosto*

O primeiro dia do ano de 1994, com a consigna “Já Basta!”, centenas de indígenas com arma em punho ocuparam as sedes das prefeituras de seis cidades do Estado de Chiapas, no sudeste mexicano<sup>2</sup> e anunciaram a rebelião armada dos Insurgentes Zapatistas. Em San Cristóbal de las Casas, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) anuncia sua palavra com a leitura da Primeira Declaração da Selva Lacandona,<sup>3</sup> documento que condensa as razões histórico-políticas do levantamento armado, e que apresenta as onze demandas do Movimento Zapatista:<sup>4</sup> trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz. Com a metáfora da *longa noite dos 500 anos*,<sup>5</sup> os *Sem Rosto* denunciam o legado da Conquista para os povos indígenas: o despojo de suas terras e território, a submissão cultural, política e econômica, e um histórico olvido no marco de consolidação do Estado-nação moderno ocidental.

A data da Insurgência Zapatista representava a resistência explícita à entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio (TLC), firmado na gestão do então presidente mexicano, Carlos Salinas de Gortari (1989-1994). Para o EZLN, o TLC representava o incremento da pobreza, da miséria e a paulatina proletarização de uma ampla parcela da população mexicana, especialmente a indígena e camponesa. Ademais de uma tentativa institucional transnacional de apropriação dos recursos naturais, hídricos e minerais presentes nos territórios indígenas, sobretudo no estado de Chiapas, no sul do México, região caracterizada por sua diversidade de fauna, flora e recursos naturais.

---

<sup>1</sup> Socióloga e doutora em Estudos Latino-Americanos pela UNAM. Docente da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa *Práxis*, Educação e Formação Humana e do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação, Estética e Sociedade. Investigadora do Programa Alternativas Pedagógicas y Prospectiva Educativa en América Latina – APPEAL/UNAM. Correio eletrônico: lia.pbarbosa@gmail.com.

<sup>2</sup> San Cristóbal de las Casas, Altamirano, Las Margaritas, Ocosingo, Oxchuc, Huixtán y Chanal.

<sup>3</sup> A Selva Lacandona está localizada no sul do estado de Chiapas e constituiu o berço de conformação do EZLN. As Declarações da Selva Lacandona são comunicados políticos emitidos pelo EZLN à sociedade civil e ao Estado mexicano. Em total foram emitidas seis Declarações, nos respectivos anos: Primeira e Segunda, em 1994; Terceira, em 1995; Quarta, em 1996; Quinta, em 1998 e a Sexta, em 2005.

<sup>4</sup> O que denomino como Movimento Zapatista compreende tanto o Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN, como as comunidades Bases de Apoio Zapatista.

<sup>5</sup> Em alusão aos 500 anos após a colonização.

Assim, a alvorada do primeiro dia de 1994 expressava o anúncio da guerra contra a lógica de morte do capital, em mais uma de suas facetas: o neoliberalismo. Representava ascender de *bolsas de olvido a bolsas de resistência e rebeldia*,<sup>6</sup> conforme bem sintetizam as palavras do Subcomandante Insurgente Marcos (EZLN, 1996, p. 66-68):

[...] vemos como el neoliberalismo pone como tasa del ser humano la capacidad de compra, de venta, de comercio; empieza a olvidar todos aquellos que no son productivos, que no pueden comprar, que no pueden vender, que no tienen capacidad de comercio. Y crea las bolsas del olvido. Una de ellas en el Sureste mexicano, en las montañas del Sureste mexicano, precisamente tratando de olvidar y de aislar a aquellos que son los más improductivos, los que menos pueden comprar y vender que son los indígenas. A la hora de meterlos en esta bolsa del olvido, el poder quiere aniquilarlos de la forma más barata en términos políticos y de propaganda, es decir olvidar, meter en una bolsa de olvido a centenares de miles de indígenas, más de un millón; era más barato que una bomba y menos costoso en la prensa y más selectivo. Esta bolsa del olvido, además había que producirla para poder aprovechar el petróleo, la madera, la electricidad y el uranio que guardan estas tierras las que ustedes están reunidos ahorita [...] Finalmente, esa bolsa que les contaba que se convierte en bolsa de resistencia, se convierte en una bolsa en que se prepara adentro una guerra que se vacía en el punto culminante del éxito, el orgasmo del neoliberalismo, que consistía en la firma del Tratado de Libre Comercio, la entrada en vigor que permitía formalizar en el papel lo que ya era una realidad: la desaparición de las fronteras entre Canadá, Estados Unidos y México para el dinero y para las mercancías, no para las personas.

O Movimento Zapatista possui uma dupla identidade política. A primeira, relacionada à carga do tempo histórica dos 500 anos de colonização e olvido, que lhes assigna a condição de ser um povo *Sem Rosto*, condição ressignificada no plano político, no momento de levantar-se em armas. A segunda, implicada em nomear-se a si mesmos como povos Zapatistas, o que expressa o reconhecimento do legado histórico-político mexicano imortalizado nas palavras de Emiliano Zapata, um dos líderes da Revolução Mexicana de 1910, cuja consigna “a terra é de quem nela trabalha” firma, na memória da resistência histórica camponesa e indígena, a luta pelo direito à terra e ao território, como espaço de vida, de produção e de construção de um *ethos* identitário. Esta dupla identidade política atribui ao Movimento Zapatista outro patamar à natureza deste sujeito histórico-político e seu lugar de inscrição no contexto da política mexicana. Conforme a fala da Major Ana María (1996, p. 25):

Esto somos nosotros. El Ejército Zapatista de Liberación Nacional. La voz que se arma para hacerse oír. El rostro que se esconde para mostrarse. El nombre que se calla para ser nombrado. La roja estrella que llama al hombre y al mundo para que escuchen, para que vean, para que nombren. El mañana que se cosecha en el ayer.

---

<sup>6</sup> Parte do título de um escrito publicado na Revista Sures y Nortes, na edição especial sobre os vinte anos do Levantamento Zapatista: BARBOSA, Lia Pinheiro. De bolsas del olvido a bolsas de resistencia y rebeldía corazonada: la dimensión epistémica da Rebelión Zapatista. Disponível em: <http://suresynortes.com/descargas/SuresynortesCompletoNo7.pdf>

Detrás de nuestro rostro negro, detrás de nuestra voz armada, detrás de nuestro innombrable nombre, detrás de los nosotros que ustedes ven, detrás estamos ustedes, detrás estamos los mismos hombres y mujeres simples y ordinarios que se repiten en todas las razas, se pintan de todos los colores, se hablan en todas las lenguas y se viven en todos los lugares. Los mismos hombres y mujeres olvidados. Los mismos excluidos. Los mismos intolerados. Los mismos perseguidos. Somos los mismos ustedes. Detrás de nosotros estamos ustedes.

O EZLN exigia um profundo processo de democratização da política nacional mexicana, com a revisão do Artigo 27 da Constituição e a renúncia imediata do conjunto de medidas político-econômicas neoliberais implementadas no país após a entrada em vigor do TLC. As demandas apresentadas na Primeira Declaração da Selva Lacandona inauguraram um novo momento da resistência indígena mexicana por: 1. Explicitar a situação marginal, bem como a condição subalterna imposta historicamente aos povos indígenas; 2. Reivindicar o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos de direitos; 3. Convocar a sociedade civil mexicana a uma Constituinte, por meio de um amplo movimento de transformação da política nacional, para torná-la uma política mais democrática e participativa.

Importante destacar um quarto aspecto da resistência indígena mexicana que identifiquei, a saber: o deslocamento do sentido histórico-político de estar à margem de, ou seja, sair da condição institucional de marginal / marginalizado, uma condição imposta pelo Estado-nação mexicano, a uma construção política desde a margem, desde abaixo,<sup>7</sup> em uma postura protagônica, característica central do projeto autonômico Zapatista que será apresentado nacional e internacionalmente ao longo das seis Declarações da Selva Lacandona.

Em 2014, o Movimento Zapatista comemorou os 20 anos do Levantamento Armado, uma trajetória marcada por uma agenda política densa, inédita e de consolidação do chamado projeto autonômico Zapatista. Para fins da presente análise, destacarei alguns episódios que demarcam giros políticos estratégicos do Movimento, destacando os mais emblemáticos no entendimento do projeto educativo-político Zapatista.<sup>8</sup> O primeiro marco nessa construção consiste no chamado Acordos de San Andrés sobre Direitos e Culturas Indígenas,<sup>9</sup> uma abertura ao diálogo com o governo mexicano, para que se modificasse a Constituição Mexicana e se outorgara direitos aos povos indígenas do México, em especial à autonomia. Os Diálogos de San Andrés articulou um importante debate nacional: ademais do Movimento Zapatista e da Comissão de Concórdia e

---

<sup>7</sup> Mais adiante explicarei o sentido epistêmico do “abaixo e à esquerda”, outra consigna Zapatista.

<sup>8</sup> Para o aprofundamento do projeto educativo-político Zapatista, consultar o conjunto de documentos produzidos pelo próprio EZLN na página *web* do Movimento: <[www.enlacecivil.org.mx/lm\\_enlace.html](http://www.enlacecivil.org.mx/lm_enlace.html)>.

<sup>9</sup> Firmado em 16 de fevereiro de 1996. Nessa ocasião foram conformadas 05 mesas de discussão: 1. Direitos e Culturas Indígenas; 2. Democracia e Justiça; 3. Bem-Estar e Desenvolvimento; 4. Conciliação em Chiapas e 5. Direitos da Mulher. Entretanto, somente a primeira mesa foi discutida antes do encerramento dos diálogos.

Pacificação,<sup>10</sup> foram convocados a participar intelectuais, representantes de movimentos e organizações da sociedade civil mexicana. Um processo em que se materializa uma articulação política nacional e internacional, conformando uma agenda de atividades políticas centrais para pensar um projeto societal para México. Pese a pressão política do EZLN e da sociedade civil mexicana, o governo não cumpriu o negociado nos Acordos de San Andrés, culminando na retirada do EZLN das mesas de negociação e uma nova etapa na construção do projeto autônomo.

Esta segunda etapa se consolida com a conformação dos Municípios Rebeldes Autônomos Zapatistas (MAREZ), um processo em que o território Zapatista passa da condição de rebelde à de rebelde autônomo, uma cisão com qualquer tentativa de diálogo com o Estado mexicano. Em 2003, o Movimento anuncia os primeiros passos na consolidação de seu projeto autônomo, com a organização interna dos MAREZ e a assunção, em suas próprias mãos,<sup>11</sup> do seu projeto educativo-político. Nessa etapa são criados os Caracóis<sup>12</sup> e as Juntas de Bom Governo (JBG).<sup>13</sup> O Movimento Zapatista considera que a consolidação de um projeto autônomo se dá pela ruptura com todo o legado simbólico-ideológico da dominação de mais de 500 anos, o que implica assumir o princípio da autonomia como base da emancipação dos povos indígenas. Uma autonomia que se materializa na recuperação e fortalecimento da cosmovisão e língua mayas, condição *sine qua no* para romper com os referentes socioculturais e políticos do dominador / opressor. Por tal razão, a primeira ação a ser desenvolvida consiste em consolidar um projeto educativo que fortaleça a identidade indígena<sup>14</sup> e fortaleça o sujeito histórico-político Zapatista. Nasce o Sistema Educativo Rebelde Autônomo Zapatista de Libertação Nacional (SERAZLN).

---

<sup>10</sup> Conhecida como COCOPA, foi criada em 1995 e constituía uma comissão legislativa, composta por membros do Senado e da Câmara de Deputados, com o objetivo de representar o governo mexicano no processo de negociação com o EZLN.

<sup>11</sup> Importante destacar que, desde o Levantamento Armado de 1994, o Movimento Zapatista atrai a atenção nacional e internacional. A resposta do Estado foi sumamente violenta, com o envio de um terço do exército para os territórios em rebeldia. A solidariedade internacional, em articulação com organizações de direitos humanos e demais coletivos mexicanos, apoiaram o Movimento, em especial, na estruturação dos primeiros projetos no interior das comunidades. A saúde e a educação foram os dois setores com maior apoio. Com o anúncio da criação do projeto autônomo Zapatista, paulatinamente as comunidades assumiram a organização e coordenação das atividades internas e a solidariedade internacional e nacional passou a apoiar de outras formas.

<sup>12</sup> São os centros regionais administrativos e logísticos, responsáveis pela coordenação das atividades internas e externas no conjunto dos MAREZ. São cinco Caracóis, a saber: Caracol I – Madre de los Caracoles del Mar de nuestros Sueños; Caracol II – Resistencia y Rebeldía por la Humanidad; Caracol III – Caracol Resistencia hacia un nuevo Amanecer; Caracol IV- Toberllino de Nuestras Palabras y Caracol V – Caracol que Habla para Todos.

<sup>13</sup> Constituem o coração administrativo do Caracol. Estão conformadas por um ou dois Delegados/as dos Conselhos Autônomos dos MAREZ que são eleitos pela Assembleia, principal instância participativa das bases de apoio Zapatista. As atividades dos(as) Delegados(as) são semanais e a cada sete dias se substitui ao grupo, o que garante a rotatividade e gestão coletiva das responsabilidades, com base ao princípio da comunalidade.

<sup>14</sup> Os Zapatistas pertencem a diferentes etnias mayas: tojolabales, tseltales, tzotziles, ch'oles, zoques y lacandones.

Dois princípios são constitutivos da concepção de educação na voz Zapatista: a *rebeldia* e a *autonomia*. Ambas guardam consigo um profundo sentido epistêmico-político que nutre o projeto político Zapatista. O conceito de *rebeldia* no Zapatismo está visceralmente articulado à denúncia do histórico olvido dos povos originários e do paulatino despojo de seu território, do desprezo por sua língua, sua cultura e sua cosmovisão.

A rebeldia é compreendida como ato de rebelar-se, de não conformar-se e resistir a ser parte das *bolsas de olvido* geradas pelo Estado mexicano. Uma rebeldia que se materializa como um interrogante contínuo do que representou o projeto de modernidade para o México e América Latina, como o (não) lugar designado aos povos originários. Uma rebeldia que interpela e se posiciona frontalmente contra as bases simbólico-ideológicas e materiais do poder, sobretudo aquelas assignadas pelas formas político-partidárias e a lógica imiscuída no conceito de participação popular restrita ao direito ao voto. Uma rebeldia que se assume como ruptura e projeto de emancipação desde a luta pela autonomia.

Na *práxis* política do Zapatismo, a rebeldia expressa a resistência, e seu horizonte prospectivo é a construção de um projeto autônomo, no qual o sujeito histórico-político Zapatista se emancipe da condição de sujeito subalterno e recupere a *dignidade* como valor ético e princípio. Na Quarta Declaração da Selva Lacandona, o EZLN nos diz que “la rebeldía que hoy tiene rostro moreno y lengua verdadera, no nació ahora. Antes habló con otras lenguas y en otras tierras. En muchas montañas y muchas historias ha caminado la rebeldía contra la injusticia” (EZLN, 1996).

O Subcomandante Insurgente Marcos, no comunicado de julho de 2013,<sup>15</sup> alude ao princípio da rebeldia ao convocar a participar da Escolinha Zapatista:<sup>16</sup> un concepto de libertad no hereda esclavitud hacia sí mismo. Con rebeldía y dignidad, cada quien va construyendo su identidad y su dignidad". Inspirados nestes princípios – Rebeldia e Autonomia – nasce o projeto educativo-político da *Educação Rebelde Autônoma Zapatista*.

## **O projeto educativo-político da Educação Rebelde Autônoma Zapatista**

Embora a proposta do Sistema Educativo Rebelde Autônomo Zapatista de Libertação Nacional (SERAZLN) começa a se materializar em 2003, o tema da educação já estava presente nos MAREZ desde 1995. Nesse sentido, a Comissão de Educação de Zona do Caracol IV esclarece:

---

<sup>15</sup> <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2013/07/30/votan-ii-ls-guardians/>.

<sup>16</sup> Mais adiante abordarei o tema da Escolinha Zapatista.

Pensamos la propuesta de la Educación Autónoma a partir del maltrato de la Educación Oficial. Había una discriminación de los niños que eran castigados por no saber la castilla, por no poder expresarse sin ser en su idioma. Eran golpeados o puestos en un rincón con un corcho de rodillas. Y por eso se crea la Educación Autónoma, para se enseñar la historia verdadera. Historia de los antepasados, de los abuelos, de la cultura. Eso fue después de 1994”.<sup>17</sup>

Conforme a citação acima, podemos afirmar que a Educação Rebelde Autônoma Zapatista nasce com uma dupla intencionalidade político-pedagógica: 1. Denúncia do papel histórico-político da educação na reprodução de uma dominação simbólico-ideológica, a qual demarca uma temporalidade e uma narrativa que reordena a trama sociocultural e política em prol do fortalecimento de estruturas e discursos vinculados a relações sociais verticalizadas. Tal sistema educativo conduz a um processo de naturalização de determinados paradigmas que dão sustentação à operação epistêmico-política própria da racionalidade dominante, cimento de uma dominação política institucionalizada em um modelo educativo que legitima o antagonismo de classes (Gramsci, 2011; Freire, 1987); 2. A consolidação da Educação Rebelde e Autônoma como projeto político representa um passo fundamental no processo de emancipação dos povos indígenas, especialmente por recuperar a memória história e a centralidade da cosmovisão, cultura e língua mayas, portadoras do conjunto de saberes que perpassam sua identidade sociocultural e política.

Com temporalidades e especificidades próprias, o SERAZLN iniciou seus primeiros passos em 1995, com a articulação de quatro aspectos considerados centrais para a construção da Educação Autônoma Zapatista: 1. A ruptura imediata com a educação oficial; 2. A construção das escolas autônomas nos MAREZ; 3. O processo de formação dos Promotores e das Promotoras de Educação, estes escolhidos em assembleias realizadas nos MAREZ; 4. A recuperação das línguas mayas nos processos de ensino-aprendizagem, com o intuito de recuperar / fortalecer a racionalidade própria dos povos mayas. Atualmente, todos os MAREZ possuem a Educação Primária Rebelde Autônoma Zapatista e nos Caracóis II e IV, também está a Educação Secundária Rebelde Autônoma Zapatista. No Caracol II está localizado o Centro de Español y Lenguas Mayas Rebelde Autónomo Zapatista (CELMRAZ), destinado à promoção de intercâmbios culturais entre mexicanos e estrangeiros interessados na aprendizagem da língua maya tzotsil.

O SERAZ possui uma organização curricular e tempos educativos diferenciados, estruturados com base na organização e necessidades internas das comunidades Bases de Apoio Zapatista e, especialmente, nos tempos políticos do Movimento Zapatista. O currículo da Educação Primária Rebelde Autônoma Zapatista contempla as seguintes áreas do conhecimento: lecto-escritura, matemática, história, política, natureza, geografia, cultura, arte, esporte, saúde e produção. A

---

<sup>17</sup> Em entrevista realizada durante minha pesquisa de campo para o doutorado, em agosto de 2010.

Educação Secundária Rebelde Autônoma Zapatista dura um período de três anos, com um currículo organizado pelas seguintes áreas: linguagem e comunicação, matemática, ciências naturais, ciências sociais, produção e humanismo, esta dedicada à trajetória da luta Zapatista, os princípios que norteiam seu projeto político, bem como os símbolos da resistência e da rebeldia.

A concepção da aprendizagem é coletiva e não são realizadas avaliações. Conforme um Promotor de Educação, do Caracol III: “los niños quedan juntos para hacer las tareas para que avancen apoyándose”<sup>18</sup> Os materiais didáticos e audiovisuais são produzidos com recursos de projetos desenvolvidos pelas comunidades zapatistas, com apoio de ONG’s nacionais e internacionais, bem como apoios oriundos da Solidariedade Internacional e mexicana.

É fundamental enfatizar que o SERAZ não recebe qualquer recurso ou financiamento proveniente da Política Educativa Mexicana, e não é reconhecido pelo Ministério da Educação do México, ou seja, as crianças e jovens Zapatistas não recebem nenhuma certificação oficial. As Promotoras e Promotores de Educação não recebem um salário pelo seu trabalho. Cada família destina uma parte da produção de grãos, especialmente o café, o feijão e o milho, para os Promotores de Educação, bem como para a alimentação nas escolas autônomas. As aulas são ministradas nas línguas maternas e não há a obrigatoriedade de permanecer nas mesmas, exercício pleno do princípio da autonomia desde a infância.

Mais que ater-me na apresentação da dinâmica pedagógica das escolas autônomas Zapatistas, gostaria de enfatizar a concepção de Educação construída ao longo da consolidação do projeto autônomo e as matrizes epistêmicas do SERAZ, fundamentos que perpassam a formação do sujeito histórico-político Zapatista e sua inserção no campo de disputa hegemônica. No documento “Crónicas Intergalácticas – Primer Encuentro Intercontinental por la Humanidad y em contra el Neoliberalismo” (EZLN, 1996), o Movimento Zapatista introduz o tema da Educação como um dos elementos medulares da luta pela autonomia. A tônica dessa discussão perpassa a compreensão de que a educação enlaça processos de conformação de subjetividades, de identidades coletivas (e individuais) que podem ser submetidas a relações de dominação e poder caracterizadas pela luta de classes. Nessa perspectiva, para o Movimento Zapatista a educação forja as relações de dominação próprias do capital, conforme se constata no referido documento (EZLN, 1996, p. 123):

Uno de los pilares fundamentales de la reproducción del sistema político es la educación, la cual se ha utilizado como instrumento para legitimar la gobernabilidad a través de una dinámica que busca formar una masa de población productiva, pero no reflexiva o crítica; que impulsa la homogeneización y anula las diferencias culturales y de género, ignorando absolutamente la idiosincrasia de los medios rurales y las lenguas autóctonas; que fomenta el individualismo y la

---

<sup>18</sup> Registro em diário de campo, em 2012.



competencia reforzando el sistema de mercado, la desigualdad y la discriminación; que no respeta, ni considera las necesidades vitales ni el derecho de elección del tipo de vida.

A citação evidencia a natureza da Educação em uma sociedade de classes. Por tal razão, o Movimento Zapatista parte da premissa de que o debate acerca do educativo constitui uma reflexão política essencial na organização da resistência indígena chiapaneca e nacional, bem como para a conquista de reivindicações vinculadas à luta pelas treze demandas do EZLN.<sup>19</sup>

O Movimento Zapatista denuncia que, por trás de um discurso político em prol do desenvolvimento e modernização político-econômico do México, prevalece um conjunto de medidas que mascara o uso político da educação para a manutenção dos interesses gestados pelo Estado em associação com as forças políticas nacionais e transnacionais. Historicamente, a educação oficial exerceu o papel político de aniquilamento e fragmentação das línguas originárias, o que conduz à deslegitimação e ruptura com qualquer signo de expressão da cosmovisão indígena e, portanto, de sua racionalidade. Em seu lugar, dita educação instaurou uma dominação ideológica baseada na lógica do capital, baseada nos valores liberais da competitividade, do individualismo, da propriedade privada, e da depredação da natureza.

Embora houvesse a urgente necessidade de consolidar um projeto educativo-político em consonância com os interesses das comunidades Bases de Apoio Zapatista e sua luta, o processo de edificação e materialização do SERAZ se deu maneira paulatina, heterogênea, com temporalidades próprias e particularidades em sua organização no âmbito dos cinco Caracóis e dos MAREZ que os compõem. A assembleia comunitária constitui a instância fundamental para pensar as matrizes epistêmico-pedagógicas do projeto educativo político do SERAZLN. Nela, as comunidades organizadas discutem a concepção de educação, de escola, e de pedagogia desde os referentes da luta autonômica Zapatista. Igualmente, as comunidades organizadas convocam, propõem e nomeiam seus próprios Promotores e Promotoras de Educação, o que nos permite afirmar que a assembleia constitui um sujeito educativo-pedagógico central no projeto autonômico Zapatista (Barbosa; Sollano, 2014). Nas palavras da Comissão de Educação de Zona:<sup>20</sup>

Entre 93 y 95 estuvimos pensando la propuesta, platicando. Después del 99 hacia delante fue cuando estructuramos la propuesta de la Educación Autónoma: enseñar lo que es la verdad del pueblo, basada en el pueblo, que ellos (el pueblo) deciden qué educación; que ellos (pueblo) mandan. [...] Cuando decidimos crear la Educación Zapatista, siempre es consultado con el pueblo: los materiales, los niveles, los que trabajarán. Consultamos dónde hayan bases zapatistas. ¿Qué opinan? Todo fue y es una propuesta, no una imposición. Nosotros como Comisión

---

<sup>19</sup> O diálogo aberto entre EZLN e a sociedade civil mexicana e internacional fez com que se incorporasse outras duas demandas: cultura e informação.

<sup>20</sup> Registro em diário de campo, em 2010.

de Educación de Zona estamos sólo como delegados. Los pueblos tienen la última palabra.

Segundo a Junta de Bom Governo do Caracol III – Oventik,<sup>21</sup>a proposta educativo-pedagógica do SERAZ enfatiza a perspectiva da educação libertadora, de inspiração freiriana e o fortalecimento do caráter autônomo da educação, com o objetivo de fortalecer o projeto autônomo Zapatista. Conforme Josué, à época membro da Coordenação Geral da ESRAZ (Ramírez, 2004), na área de conhecimento de Humanismo:

[...] se trata la filosofía del Zapatismo. Ahí se hace la reflexión sobre la lucha, pues el objetivo principal que nos planteamos es que los jóvenes que terminan sus estudios tengan una visión diferente de la vida. Que no hagan una vida individualista, sino que trabajen en beneficio del pueblo y del colectivo. Que los jóvenes entiendan más nuestra lucha, quiénes nos dominan y quiénes nos explotan.

Sobre a função social e educativo-política do SERAZLN, no marco do processo de construção de uma consciência crítica acerca da centralidade da luta Zapatista, acrescenta Josué (Ramírez, 2004):

[...] hemos visto que se entiende mejor la realidad de lo que estamos viviendo, que se crea conciencia y se sale con una mentalidad diferente. No es que aquí se vengan a convencer de la lucha, lo que sucede es que aquí agarran más elementos y herramientas para conocer sus derechos y defenderse. La educación, sin duda, nos motiva a la lucha y fortalece la autonomía de nuestros pueblos.

A apropriação educativo-pedagógica da língua conduz a uma ruptura com a perspectiva monolíngue da educação oficial, especialmente na tradição histórica da educação na América Latina, em que se impôs o espanhol, o português e, em nossa história recente o inglês, como línguas que devem ser aprendidas na escola. Em contraposição a esta lógica, no âmbito do SERAZ a apropriação da língua maya no processo de ensino-aprendizagem fortalece a matriz epistêmica na aprendizagem dos conteúdos e na sua articulação com a luta autônoma Zapatista. Neste sentido, a racionalidade maya que desborda da matriz linguística e sua dimensão epistêmica constitui o fio condutor do processo de aprendizagem (Barbosa, 2013a).

É fundamental destacar que, no SERAZ, a concepção de educação, de pedagogia e do processo de ensino-aprendizagem está articulada por uma perspectiva epistêmica, de raiz na cosmovisão e língua maya, a qual estrutura a formação educativo do sujeito histórico-político Zapatista. Trata-se de matrizes epistêmicas que se expressam na organização de sua vida sociocomunitaria, na sua relação com a natureza e na sua *práxis* política.

---

<sup>21</sup> Em entrevista realizada em outubro de 2011.

A matriz epistêmica constitui um eixo nodal do projeto autonômico Zapatista, uma vez que lhe permite problematizar a realidade sociocultural e política a partir dos referentes da memória histórica da resistência e luta, bem como da experiência e saberes legados da cosmovisão, cultura e língua mayas, resultando em outras *epistemes* que nutrem a luta autonômica Zapatista (Barbosa, 2014; Barbosa; Sollano, 2014).

A dimensão epistêmica constitui uma expressão concreta de uma racionalidade própria dos sujeitos histórico-políticos, apropriada e fortalecida no contexto de sua *práxis* educativo-política e que fundamenta um determinado modo de ver, sentir, pensar e interpretar o mundo. Por tal razão, o epistêmico assume um papel estratégico central, uma vez que confere força política a demandas relacionadas à defesa do território, da língua, da cosmovisão e da identidade. Por outro lado, o epistêmico gera uma potencialidade de criação, nos planos simbólico e concreto, de um mundo agrário, de apreensão do território como espaço de vida, de construção identitária e de uma relação com a natureza.

A matriz epistêmica constitui um eixo nodal do projeto autonômico Zapatista, uma vez que lhe permite problematizar a realidade sociocultural e política a partir dos referentes da memória histórica da resistência e luta, bem como da experiência e saberes legados da cosmovisão, cultura e língua mayas, resultando em outras *epistemes* que nutrem a luta autonômica Zapatista (Barbosa, 2014; Barbosa; Sollano, 2014a).

A dimensão epistêmica constitui uma expressão concreta de uma racionalidade própria dos sujeitos histórico-políticos, apropriada e fortalecida no contexto de sua *práxis* educativo-política e que fundamenta um determinado modo de ver, sentir, pensar e interpretar o mundo. Por tal razão, o epistêmico assume um papel estratégico central, uma vez que confere força política a demandas relacionadas à defesa do território, da língua, da cosmovisão e da identidade. Por outro lado, o epistêmico gera uma potencialidade de criação, nos planos simbólico e concreto, de um mundo agrário, de apreensão do território como espaço de vida, de construção identitária e de uma relação com a natureza.

Para apresentar as matrizes epistêmicas que emergem do SERAZLN, farei uso da metáfora da *Pedagogia da Milpa*, (Barbosa, Sollano: 2014) para aludir à representação simbólica da milpa<sup>22</sup> na cosmovisão indígena maya e, por sua vez, articulá-la com os referentes epistêmicos que procriam as linguagens e o território do educativo pedagógico, bem como sua incidência política no marco da resistência Zapatista (Barbosa; Sollano: 2014). Neste prisma analítico, considero que a *Pedagogia*

---

<sup>22</sup> A palavra *milpa* deriva da língua náhuatl: *milli* (parcela plantada) e *pan* (encima). Consiste num agrossistema mesoamericano destinado ao plantio do milho, do feijão, do jerimum e da pimenta muito presente nas comunidades Zapatistas.

*da Milpa* conjuga diferentes elementos epistêmicos no processo de formação do sujeito histórico-político Zapatista, os quais estão plasmados nas consignas políticas, nos documentos, comunicados e, sobretudo, no sentido político que adquire a luta pela autonomia como princípio e projeto. Da *Pedagogia da Milpa* emergem as seguintes matrizes epistêmicas:

1. Resistência linguística: relacionada com conceitos centrais da língua maya<sup>23</sup> que perpassam a ação educativa do SERAZLN e que articulam uma operação epistemológica entre o educativo e o político (Barbosa, 2013), com destaque para três conceitos da língua maya tseltal: o o'tan – coração, o stael e o ch'ulel – alma-espírito-consciência (Intzín, 2011). Na cosmovisão maya há, nos processos de sociabilidade comunitária, um complemento entre coração e mente. No campo epistêmico representa uma racionalidade própria para interpretar o ser-estar-sentir no e com o mundo. Para os povos mayas, antes de converter-se em uma operação abstrata da razão, os pensamentos e os saberes passam, primeiramente, pela mente e pelo coração. Daí que para o Movimento Zapatista a palavra se coraçona, um sentimento traduzido na voz do Subcomandante Insurgente Marcos (2007, p. 322) ao afirmar que “cuando las zapatistas, los zapatistas hablamos, ponemos por delante el rojo corazón que en colectivo latimos. Entender lo que decimos, hacemos y haremos, es imposible si no se siente nuestra palabra. Yo sé que [...] es muy difícil sentir con la cabeza y pensar con el corazón.”

Um segundo conceito maya fundamental na compreensão do projeto educativo-político Zapatista é o representado pela desinência tojolabal tik – nós. Conforme Lenkersdorf (2002, p. 31), o tik ou nós “ênfatisa una identidad grupal y no individual [...]. En el intercambio grupal de ideas, cada uno de los participantes habla del NOSOTROS y no del yo. Obviamente, cada uno de los participantes sabe y respecta esa relación que llamamos “NOSÓTRICA” y que orienta todos hacia un acuerdo, en lugar de que cada uno hable por sí mismo, convencido de sus ideas para jalar a los demás en la dirección suya”.

Da chamada ação nosótrica se deriva uma forma de organização sociopolítica e uma intersubjetividade que conforma determinados princípios de sociabilidade comunitária, os quais situam o lugar social de cada membro da comunidade e demarca um determinado olhar acerca da realidade social interna e externa das comunidades. A estrutura linguística e as particularidades semânticas das línguas mayas guardam códigos socioculturais e políticos da cosmovisão maya, que vinculam saber, experiência e sentir (como percepção crítica e autocrítica no mundo) próprias de uma racionalidade diferenciada da ocidental moderna. Desde esta episteme derivam concepções

---

<sup>23</sup> Na realidade, toda a língua maya está perpassada por um sentido filosófico-epistêmico. Há outras palavras que denotam a sociabilidade no interior das comunidades mayas. Tratei de destacar apenas aquelas mais recorrentes. Para aprofundar a linguística maya, recomendo as análises de Lenkersdorf (2005; 2002) e Paoli (2003).

próprias acerca do poder, da justiça, da educação, bem como uma forma de compreensão e disposição do tempo, do trabalho coletivo e um profundo sentido estético expresso na arte indígena maya. É importante destacar que alguns verbos que denotam relações verticalizadas e de dominação não existem nas línguas mayas, a exemplo dos verbos *mandar*, *obedecer*, *punir*, *castigar*, *vigiar*. Nesse sentido, podemos inferir que a inexistência desses verbos representa a igual inexistência de relações de dominação, de mando, de subordinação.

Portanto, emerge do projeto educativo-político Zapatista uma Pedagogia do Sentir-Pensar, Pedagogia do Sentir-Saber, uma Pedagogia Coraçoadada (Barbosa: 2014) que materializa um sentido epistêmico ao educativo e ao pedagógico, atrelando-os à cosmovisão maya, o que permite conformar outra racionalidade que articula múltiplos espaços da luta autonômica Zapatista, transpassados por uma linguagem metateórica que rege a palavra e a práxis política do Zapatismo.

2. *Reterritorialização educativo-pedagógica*: No SERAZLN, o processo educativo é concebido para além da escola, com a compreensão que todos os espaços de vivência comunitária e política são educativos: a família, a assembleia, a milpa, as Juntas de Bom Governo, as atividades políticas do EZLN. Nestes espaços opera uma reterritorialização educativo-pedagógica, uma vez que conformam subjetividades, de fortalecimento de uma identidade cultural e política. A própria concepção do SERAZLN como um *sistema* expressa o entendimento do ato educativo intrinsecamente vinculado com a vida comunitária, de caráter dinâmico, em movimento. Portanto, “una lógica del proceso educativo que desconstruye la planteada por la racionalidad moderna, en dónde no hay cabida para la cotidianidad, al invisibilizar la experiencia y los saberes como partes instituyentes del proceso educativo-político-pedagógico” (Barbosa, Sollano, 2014, p. 86).

3. *Geopedagogia do conhecimento*: vínculo indissociável entre o pedagógico e os elementos de caráter cultural que emergem do território e do contexto sociocomunitario na construção do conhecimento (Barbosa: 2013). A *geopedagogia do conhecimento* permite a gênese de uma racionalidade própria, derivada da *Pedagogia da Milpa*, compreendida como movimento de apropriação de sentidos, de significados resultantes dos saberes próprios da cosmovisão e cultura maya e que são incorporados na *práxis* política do Movimento Zapatista, particularmente em suas consignas e documentos.

4. *Encarnar-se em uma bats'il k'op maya*: no SERAZLN, a *bats'il k'op* – palavra verdadeira – implica um profundo processo de escuta da língua, de sua apreensão epistêmica para captar e decodificar os códigos que são revelados da convivência comunitária. No processo educativo-pedagógico se transmite o legado do sentido ontológico maya de ser-estar-sentir com e no mundo, muitas vezes incompreendido pela racionalidade ocidental moderna. Assim, há uma ressignificação

teórico-epistêmica, que articula, no campo educativo-político, novos referentes para pensar categorias como *autonomia, justiça, liberdade, educação*, entre outras.

As quatro matrizes epistêmicas mencionadas refletem uma linguagem metateórica do Zapatismo, que nos aporta categorias e perspectivas analíticas genuínas para pensar particularidades subjetivas e de um tempo histórico, em que os marcos analíticos da ciência moderna não necessariamente dão conta de responder, sobretudo as análises relacionadas às contradições do capital e outras formas de resistência por fora do campo institucional. Nessa perspectiva, a *Pedagogia da Milpa* abreva um léxico particular para definir em que bases conceituais se estrutura o projeto educativo-político do Zapatismo; que horizonte prospectivo articula e que posicionamento requer do sujeito histórico-político implicado. O exercício conceitual aportado pelo Zapatismo nos permite pensar uma conceituação que emerge desde a *práxis* educativo-política dos movimentos sociais e que exerce um papel político fundamental por interpelar e/ou romper com paradigmas e esquemas teóricos universalistas que prevaleceram, por um longo período histórico, como referente interpretativo da realidade cultural e sociopolítica (Barbosa, 2013).

### **O SERAZLN e o campo de disputa hegemônica na América Latina**

Numa tentativa de elucidar o potencial de incidência política da educação na *práxis* educativo-política do Movimento Zapatista, identifiquei que há um esforço permanente em denunciar e interpelar o projeto de modernidade ocidental, bem como uma de suas variantes contemporâneas representadas pelo projeto neoliberal. O Movimento Zapatista denuncia a natureza histórica da marginalização cultural, social e econômica, dedicando-se a demarcá-la nas suas múltiplas facetas: linguísticas, simbólicas, culturais, ideológicas e políticas.

Diante da hegemonia política do neoliberalismo e a crise de representação político-partidária do Estado, os movimentos sociais articulam um projeto político que seja capaz de posicionar-se no campo de disputa hegemônica. A própria concepção de *projeto* constitui um marco central de inserção no campo de disputa hegemônica. Neste sentido, o Movimento Zapatista está entre aqueles que mais avançaram na concepção de um projeto político que suscite uma vontade coletiva nova, no sentido atribuído por Antonio Gramsci (1975). Uma vontade coletiva que se expressa na construção de um sujeito histórico-político – os grupos subalternos na linguagem gramsciana – com potencial de articulação de um projeto histórico alternativo direcionado à emancipação das massas subalternas. Para tanto, é fundamental que a natureza e as diretrizes desse projeto estejam visceralmente articuladas com a necessidade histórica de seu tempo, no caso, da superação da crise mundial do capital, que atinge o concreto da vida no México.

O campo educativo, e mais precisamente a escola, foi um dos espaços de reprodução dessa violência, sobretudo a simbólico-ideológica. Por tal razão, uma das primeiras dimensões da ‘consciência coletiva’ consiste em sondar a realidade concreta na qual se vive e se luta, identificando as raízes dessa dominação e seus matizes na história recente da América Latina e, mais especificamente, no México. Na leitura cuidadosa de sua realidade passada e presente, o Movimento Zapatista identifica a seguinte questão: se a educação (em sua expressão prática – a pedagogia – e em um espaço concreto - o espaço escolar) constitui o ponto de partida dessa subordinação cultural e dominação política, será na construção de *outra* concepção de educação (que implica *outra* pedagogia e *outra* escola), o primeiro passo para um processo de libertação e emancipação.

Pensar a educação como ponto de partida representa, para os Zapatistas, consolidar uma consciência crítica que lhes permita ampliar o espectro da resistência: a proposição de um projeto educativo-político que não se restringe ao enfrentamento das forças histórico-políticas do Estado no marco de um projeto político-econômico. Há que considerar a dimensão cultural dessa disputa, aquela que também está representada pelo plano epistêmico, eixo central da construção da consciência. Com base nesta primeira percepção crítica da realidade, o Movimento Zapatista desenvolve uma discussão interna que lhe permitiu situar o plano epistêmico como ponto de partida na concepção da educação e da pedagogia. Estas se tornaram o principal eixo de sustentação do coração de seu projeto educativo-político. Nesse processo de elaboração conceitual, dois aspectos devem ser considerados: 1. No contexto histórico-político do México, os processos de colonização e, posteriormente, de legitimação de um projeto de modernidade se deram por meio da destruição de uma matriz multilíngue e instauração de uma matriz monolíngue.

Em outras palavras, de substituição forçada das línguas originárias pelas línguas do colonizador, com a incorporação do conjunto de signos linguísticos e seus referentes epistêmicos. Esta constituiu uma das vias de implementação da dominação cultural, política e territorial, bem como de consolidação da homogeneização cultural. O processo de destruição de grande parte das línguas originárias e a detenção do monopólio da escrita da nova língua do colonizador possibilitou a negação ou invisibilização de uma matriz epistêmica que se manifestava, sobretudo, na história oral. Esta, portanto, constitui a primeira dimensão da disputa hegemônica, a qual se desenvolve no plano epistêmico.

No caso do projeto educativo-político do Movimento Zapatista houve a preocupação por fortalecer uma dimensão epistêmica do SERAZLN e sua expressão geopedagógica, com o objetivo de romper com essa homogeneização cultural e do predomínio de uma chave interpretativa da realidade social baseada na teoria eurocêntrica. Aqui não se trata de negar que, em uma análise

conjuntural do capital e sua crise estrutural, sejam recuperados eixos de análise da teoria crítica. Um exemplo dessa não negação são os escritos do Subcomandante Insurgente Marcos, os quais expressam uma releitura de muitas categorias marxianas na história recente do México e da América Latina. Por outro lado, é importante pôr atenção nos riscos de uma interpretação enviesada da realidade social e política, oriunda de uma simplificação teórico-analítica, que mais bem restringe o horizonte político dos movimentos. Essa reflexão articula o processo de construção de uma consciência crítica, principalmente quando falamos da educação como eixo articulador do projeto político-cultural alternativo. Assim, na concepção da Educação Rebelde e Autônoma, o Movimento Zapatista não permite que o centro do debate se restrinja às categorias analíticas previamente existentes e que, segundo o Movimento, não são suficientes para compreender a totalidade histórica do fenômeno político do Zapatismo e o papel político da educação na consolidação de seu projeto autônomo.

Problematizando esse debate, recupero a citação outrora realizada no texto, em que afirma o Subcomandante Insurgente Marcos (2007, p.322-3): “entender lo que decimos, hacemos y haremos, es imposible se no se siente nuestra palabra. Yo sé que los sentimientos no tienen cabida en la teoría, cuando menos en la que ahora anda a los tropiezos. [...] Pero insistimos en que el planteamiento es correcto, lo incorrecto es el lugar en el que se está queriendo resolver. Porque para nosotros, nosotras las zapatistas, el problema teórico es un problema práctico”.

A crítica realizada pelo Subcomandante Insurgente Marcos enfatiza as ausências de uma teoria que permanece distanciada da construção do conhecimento em estreito vínculo com uma realidade dinâmica, em movimento permanente e que, por tal razão, inova em seus marcos reflexivos, o posicionamento do sujeito histórico-político e sua proposta ante determinado fenômeno social e político. Uma segunda questão central nesse debate aberto pelo movimento social analisado consiste em enfatizar as formas de cristalização das relações de poder e dominação por meio da linguagem. A mediação pedagógica existente no espaço escolar viabiliza a constituição de uma linguagem que sustenta uma dominação simbólico-ideológica que transpassa toda a ordem dominante e estabelece os códigos das relações de dominação. Uma linguagem que regula e legitima o projeto político da modernidade, estruturado por uma racionalidade que define sob que parâmetros os diferentes sujeitos são incluídos ou excluídos. Exemplo disto é o discurso histórico da negação do “outro” representado pelos povos originários, o qual culminou no esquecimento, exploração e expropriação, amplamente denunciados pelo EZLN nas seis Declarações da Selva Lacandona e demais comunicados e documentos políticos.



Reconhecer a centralidade política da linguagem no campo de disputa hegemônica nos aproxima ao debate político inaugurado por Antonio Gramsci, ao analisar a *gramática normativa*, aquela que pressupõe (Gramsci, 1968, p. 170), “uma “escolha”, uma orientação cultural, ou seja, é sempre um ato de política cultural-nacional. Poder-se-á discutir sobre o melhor modo de apresentar a “escolha” e a “orientação” a fim de fazer com que sejam aceitas prazerosamente [...], poder-se-á discutir a respeito dos meios mais oportunos para obter a finalidade; não pode haver dúvida que há uma finalidade a alcançar, que requer meios idôneos e adequados, [...] que se trata de um ato político”

A resistência e luta política do Zapatismo recuperam o debate travado desde a perspectiva da *gramática normativa* analisada por Gramsci. Em sua *práxis* política demonstra como dita gramática se cristaliza em uma linguagem normativa que legitima a reprodução da dominação nas suas diversas manifestações: em um colonialismo, em uma estrutura patriarcal, na sua dimensão racista e, em tempos de globalização do capital, em sua perspectiva imperialista. Essa *gramática normativa* que opera o processo educativo é instrumento, por excelência, de introjeção e aceitação passiva da dominação em suas diversas expressões. Uma interiorização dos referentes simbólico-ideológicos que moldam as subjetividades dos grupos subalternos e que os condiciona a um conformismo gramatical frente à forma de representação da realidade sociocultural e política da qual pertencem.

Embora em um longo tempo histórico uma ampla maioria dos povos indígenas e camponeses não teve acesso à escola, aqueles que foram incorporados ao sistema educativo oficial se submeteram à incorporação dessa *gramática normativa*, como é o caso das comunidades zapatistas. Estas experimentaram uma educação oficial que debilitou o tecido social dentro das comunidades. Por tal razão, defenderam a estruturação de uma educação que recupera o tecido social e que incorpora, no âmbito do ensino-aprendizagem e na relação pedagógica, questões intrínsecas da vida social comunitária.

Com relação ao papel da *gramática normativa* na legitimação de um domínio simbólico-ideológico, afirma Gramsci (1968, p. 175) que “só por abstração pode ser considerada separadamente da linguagem viva, tende a fazer com que se aprenda todo o organismo da língua em questão e a criar uma atitude espiritual que torne as pessoas capazes de se orientarem sempre no ambiente linguístico”. Desconstruir a *gramática normativa* tem sido o grande objetivo e desafio da resistência protagonizada pelo Movimento Zapatista, ao defender sua própria língua (e seu referente epistêmico), ao reivindicar o reconhecimento de si mesmos como sujeitos construtores de conhecimento e ao legitimar, no plano teórico de uma *gramática alternativa e vivencial* (na ‘língua

viva' cotidiana) um léxico particular, no qual a linguagem se articula, visceralmente, aos saberes, à experiência e aos referentes históricos da luta política.

O projeto educativo-político do SERAZLN demarca a centralidade dessa discussão no campo de disputa política e prima pela gênese de suas próprias sistematizações e elaborações teórico-ideológicas, plasmadas nos diversos documentos, materiais didáticos e audiovisuais. Para tanto, há a defesa da própria língua e linguagem, no entendimento de que ambas constituem um modo de explicação da vida, de interpretação do mundo e de posicionar-se nele. Em outras palavras, pressupõe que a língua e a linguagem são mediadoras de um conjunto de relações sociais, culturais e políticas, bem como ressignifica elementos endógenos ou exógenos a cada um dos movimentos.

Por outro lado, ao compreender que todo conceito é político e politiza, o EZLN trata de construir um sistema conceitual que recupere a perspectiva dialética de sua linguagem e que se materializa em seu discurso político. Igualmente, na sua narrativa política destaca a necessidade histórica de ser o representante político de sua própria voz, o que se expressa, no campo educativo-pedagógico, no fortalecimento da identidade do sujeito histórico-político Zapatista. Este é um posicionamento que fortalece a consciência política interna, sobretudo por defender outra posição epistêmica. Esta se manifesta em dois planos: primeiramente, em um processo de teorização sobre sua própria experiência e sua época histórica. Um processo histórico no qual as elaborações teóricas não se submetem aos cânones dos parâmetros teórico-analíticos próprios das ciências sociais eurocêntricas. Ao contrário, incorpora uma linguagem construída desde a base dos movimentos, que adquire grande peso na análise social e em uma teorização que emerge como aporte para a luta política do Movimento Zapatista.

Um segundo plano é o político, ao deslocar o papel de intermediário daqueles que representam as forças políticas hegemônicas, como por exemplo, uma determinada camada de intelectuais e partidos políticos. Um processo que se consolida com a formação de seus próprios intelectuais orgânicos, um novo tipo de intelectual responsável por elaborar criticamente a bagagem conceitual de sustentação da luta política e de mediação na construção de uma consciência coletiva. Por tal razão, debater com profundidade a apropriação linguística no marco das relações de dominação permite gerar uma modalidade de pensamento social e político que lhe permita a “superação da forma de pensar precedente e do pensamento concreto (ou mundo cultural) existente” (Gramsci, 1984, p.70). Um processo que será assimilado criticamente na conformação das subjetividades dos sujeitos histórico-políticos que se formaram no âmbito de seu projeto educativo. Neste aspecto reside a terceira dimensão da formação de uma consciência coletiva: a conformação de um sujeito histórico-político. O sujeito histórico-político que emerge da *práxis* educativo-política do Movimento Zapatista é um sujeito complexo, que nasce enraizado em um diferente contexto

cultural, social e político. Que carrega consigo outros referentes para pensar sua própria condição de existência.

O sujeito histórico-político Zapatista está conformado a partir de uma interpretação profunda de uma história passada e recente: uma história de colonização, ancorada em relações de colonialismo e patriarcado, primeiros referentes dessa memória histórica da luta. São referentes muito vivos na narrativa política do EZLN. Por tal razão, O Movimento Zapatista reivindica o reconhecimento de ser parte constituinte de uma história política e não apenas seguir existindo a uma margem, de forma descartável, ou no subsolo de um projeto de modernidade. São sujeitos dotados de uma complexidade que emerge em um movimento dialético com a própria contradição histórica da conjuntura de emergência destes sujeitos.

O ser “indígena” constitui outro traço importante na compreensão dessa complexidade, uma vez que implica um lugar distinto de inscrição histórico-cultural e política. *A longa noite dos 500 anos* constitui uma metáfora fundamental para situar o lugar de inscrição definido por um projeto de modernidade aos povos originários. Por outro lado, pensar *um mundo onde caibam muitos mundos* revitaliza o horizonte histórico da construção de um projeto alternativo que respeite outra racionalidade. Na realidade, há que olhar ao sujeito histórico-político Zapatista como um caleidoscópio, ou seja, com a compreensão que há um todo e suas partes. Observar o movimento do caleidoscópio representa reconhecer a diversidade de sujeitos e de possibilidades de sua expressão no âmbito da luta política para dentro y para fora de sua realidade sociocultural e política. Entretanto, não se pode esquecer este sujeito histórico-político é parte de uma subalternidade, condição do lugar ocupado por ele em uma sociedade de classe. Para superar sua condição histórica, o sujeito histórico-político Zapatista assume, também, a função de sujeitos educativo-políticos (Barbosa: 2013), o que implica gerar uma *vontade coletiva* e mediar o processo de consolidação de uma *direção política*, em termos gramscianos.

Ao iniciar a consolidação do projeto autonômico, o Movimento Zapatista reforçou a consigna de pensar *outro mundo possível, onde caibam muitos mundos*. Particularmente, considero que a aposta por pensar *outro mundo* fora do plano institucional representa uma ação contra-hegemônica, articulada pelos seguintes eixos: em primeiro lugar, ao demarcar como inimigos políticos não somente um sistema econômico – o capitalismo – e um regime político – o neoliberalismo. O EZLN inclui um terceiro inimigo, representado pela classe política e seus partidos, isto é, a representação institucional do Estado. Uma explícita negação da possibilidade de um horizonte de transformação social desde um Estado como uma relação social. Em chave gramsciana, de pensar a construção de um Estado Ampliado, no qual a disputa hegemônica se realiza na correlação de forças entre sociedade civil e sociedade política.

O segundo eixo de articulação de uma *práxis* contra-hegemônica se vincula a uma redefinição da categoria *esquerda* a partir da própria *palavra coraçoadada Zapatista*. No olhar analítico do Zapatismo, a classe política e seus partidos são um único corpo corrupto e irrepresentável politicamente. Por tal razão, o Movimento põe em cheque a definição de “uma direita, uma esquerda ou uma posição moderada” articulada pela força política hegemônica. A proposta política Zapatista do *abaixo e à esquerda* redimensiona a própria teoria, especialmente a marxista, uma vez que, embora se reconheça um *abaixo* no sentido gramsciano de subalternidade, a *esquerda* representa o *lugar do coração*, ou seja, está para além de um posicionamento partidário. Articula um horizonte utópico no qual a transformação social é concebida como uma criação humana, como uma *práxis* criativa, de encontro do ser-sentir-pensar, pilares da subjetividade rebelde e insurgente Zapatista.

Para encerrar a presente reflexão, gostaria de apresentar um último debate: o que significa, frente à hegemonia neoliberal, a construção de um projeto político alternativo que se constrói em uma perspectiva do nacional-popular articulada à luta autonômica? Aqui recupero a noção do *núcleo comum* debatida por Luis Tapia (2006) para analisar os processos de organização e reconfiguração de novas estruturas de direção e deliberação articuladas por uma força política orgânica representada pelos grupos indígenas aymaras e quéchuas. Conforme o autor, ainda prevalece na configuração do Estado boliviano uma estrutura de poder que responde às determinações próprias da cultura dominante. Por tal razão, é necessário construir um núcleo comum, compreendido como (Tapia, 2006, p. 06):

[...] lo nuevo construido, sin embargo, a partir de lo que contienen nuestras historias de resistencia en formas comunitarias e igualitarias de vida política y social, a partir de lo compartido en la historia de luchas contra el colonialismo, el liberalismo y el capitalismo. Lo común tiene que ser inventado, o se tiene que continuar inventándolo, a partir de la institucionalización de las formas históricas de deliberación y participación política de la diversidad de colectividades y comunidades existentes en los territorios e historias del país.

Ao meu modo de ver, a proposta política do EZLN nos sinaliza, como horizonte prospectivo da luta autonômica Zapatista, a construção desse núcleo comum como alternativa política. Entretanto, este núcleo comum articulado pelo EZLN não é o mesmo articulado pela base orgânica do movimento indígena boliviano. Assim como o contexto histórico-cultural da Bolívia, México igualmente é um país multicultural, uma condição social que preconiza uma vida política pluriversal, ou seja, na qual se reconheça, no âmbito da política e das correlações de forças próprias do espaço público, a pluralidade de sujeitos na condução de um projeto societal. Portanto, que no âmbito do Estado, entendido como uma relação social, os processos políticos devem ser deliberados a partir da

diversidade de propostas elaboradas por uma sociedade civil pluriversa. Na mesma perspectiva de Tapia (2006), a ampliação da cidadania em termos multiculturais requer a presença de todos e um consenso político para a deliberação em prol de um Estado-nação multicultural. Neste sentido, argumenta o sociólogo boliviano (Tapia, 2006, p. 12), “El trabajo de composición y propuesta se hace tomando en cuenta creencias e instituciones políticas de los diversos tipos de civilización, sociedad y cultura existentes en el país, sobre todo para pensar y sugerir una articulación sintética, que no sólo contiene partes de las diferentes matrices culturales sino también elementos nuevos, siendo la principal novedad el modo de articulación”.

Aqui seguirei com a perspectiva analítica de Tapia para pensar o fenômeno político do Zapatismo. O autor afirma que no projeto de modernidade instaurado na América Latina, a construção de novos Estados modernos esteve perpassada pela ideia de nação, uma categoria política responsável por novas formas de unidade nos territórios, estes dotados previamente de uma diversidade sociocultural. Por tal razão, a categoria “nação” se articula a projetos político-econômicos estatais, ou seja, de uma concepção do espaço público desde o olhar do Estado-nação. Nas palavras de Tapia (2006, p. 33), “la nación es su modo de pensar el universo de inclusión política y el área de igualdad en términos de derechos que se está concibiendo como posible y deseable o necesario para la construcción de territorios de poder político”.

O projeto educativo-político do Movimento Zapatista questionou a essência dessa premissa, ao reivindicar o reconhecimento de autodeterminação dos povos indígenas em matéria de autonomia. Por outra parte, questiona a perspectiva liberal da noção de “usos e costumes” que expressa uma desigualdade no plano jurídico-normativo: não é suficiente que se incorpore nas reformas constitucionais o direito jurídico de autodeterminação pelos usos e costumes, quando no plano político se tolhe o direito de autogoverno em perspectiva autonômica. Em outras palavras, embora o direito ao autogoverno se vincule, diretamente, ao espaço da macro política, no momento em que o Movimento Zapatista opta por conduzir seu projeto autonômico, o faz por fora do espaço da política, isto é, do Estado, uma clara ruptura com a perspectiva da disputa hegemônica a partir da correlação de forças histórico-políticas.

Por tal razão, o projeto educativo-político do Movimento Zapatista assume uma perspectiva contra-hegemônica ao reivindicar, no coração do projeto autonômico, o direito de autogoverno em território autônomo, uma proposta política que se assemelha ao conceito de núcleo comum analisado por Luis Tapia (2006, p. 47), ao identificar que, “en el núcleo común intercultural el objetivo es producir y reconocer igualdad entre pueblos y culturas, y entre miembros de cada una de las culturas y los pueblos existentes en el país. En este sentido, no se puede razonar de manera

exclusiva y principal en torno a individuos sino, más bien, en torno a colectividades y, sobre todo, en torno a sus formas políticas globales”.

A perspectiva analítica do *núcleo comum* nos permite compreender em que radica o posicionamento político Zapatista. Em um contexto multicultural como o mexicano, não é suficiente conceber uma igualdade política no plano individual e com a manutenção de históricas relações de dominação nos âmbitos culturais, econômicos, jurídicos e políticos. Assim, a contribuição teórica de Tapia se materializa na *práxis* educativo-política do Zapatismo: para além da participação política restrita ao reconhecimento jurídico do indivíduo (próprio da matriz jurídica e política liberal), há que defender uma matriz política multicultural e pluriversa que implica configurar um *núcleo comum* que permita gerar uma igualdade política entre culturas. Portanto, é fundamental, no projeto educativo-político do Zapatismo, a formação de um sujeito que saiba que posicionamento deve ocupar, a partir de que linguagem e desde que subjetividade, para gerar as condições históricas para articular a disputa hegemônica.

### Referências Bibliográficas

Barbosa, Lia Pinheiro. Los movimientos sociales como sujetos educativo-políticos. In: SOLLANO, M.G.; ZASLAV, M. C. Reconfiguración de lo educativo en América Latina: experiencias pedagógicas alternativas. México: UNAM, 2013.

\_\_\_\_\_. Educación, Movimientos Sociales y Estado en América Latina: estudio analítico de las experiencias de resistencia contrahegemónica en Brasil y México. Tesis de Doctorado. Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos. Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM. México, 2013a.

\_\_\_\_\_. De *bolsas del olvido* a *bolsas de rebeldía* y *resistencia corazonada*: la dimensión epistémica de la Rebelión Zapatista. Revista Sures y Nortes. Año 3. N° 07. Febrero-Julio. México, 2014.

\_\_\_\_\_. Educación y lucha autonómica en la Voz Zapatista: aportes de la Pedagogía del Sentir-Ser, Sentir-Pensar y Sentir-Saber. Dossier Movimientos Sociales y Educación. N° 105. Colombia: FECODE, 2014a.

Barbosa, Lia Pinheiro; Sollano, Marcela Gómez. La Educación Autónoma Zapatista en la formación de los sujetos de la educación: otras epistemes, otros horizontes. Revista Intersticios de la

Política y de la Cultura. Intervenciones latinoamericanas. Vol. 03. N° 6. Universidad Nacional de Córdoba, 2014.

EZLN. Crónicas intergalácticas – EZLN. Primer Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo, Chiapas: Estampas Artes Gráficas, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antonio. La alternativa pedagógica. Caracas: Editorial Laboratorio Educativo, PROA, 2011.

\_\_\_\_\_. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1984.

\_\_\_\_\_. Cuaderni del Carcere. Volume Terzo. Edizione critica dell’Istituto Gramsci. Itália: Einaudi, 1975.

\_\_\_\_\_. Literatura e vida nacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

INTZÍN, Juan López. *Ich’el ta muk’*: la trama en la construcción del *Lekil kuxlejal*. Hacia una visibilización de saberes “otros” desde la matricialidad del sentipensar-sentisaber tseltal. Chiapas: Mimeo, 2011.

LENKERSDORF, Carlos. Los hombres verdaderos. Voces y testimonios tojolabales. México: Siglo XXI, 2005.

\_\_\_\_\_. Filosofar en clave tojolabal. México: Miguel Ángel Porrúa, 2002.

PAOLI, Antonio. Educación, autonomía y lekil kuxlejal. Aproximaciones sociolingüísticas a la sabiduría de los tzeltales. México: Siglo XXI, 2005.

RAMÍREZ, Gloria Muñoz. Chiapas, la resistencia. México: La Jornada. Suplemento Especial. 20º Aniversario. 19 de septiembre de 2004.

SUBCOMANDANTE Insurgente Marcos. Primer Coloquio Internacional *In Memoriam* Andrés Aubry - Planeta Tierra: Movimientos Antisistémicos. Chiapas, 2007.

TAPIA, Luis. La invención del núcleo común. Ciudadanía y gobierno multisocietal. Bolivia: CIDES – UMSA / Postgrado de Ciencias del Desarrollo, 2006.